

Modelo Conceitual de Custos no Setor Público Brasileiro

Subsecretaria de Contabilidade Pública - SUCON

- 1 Porque Utilizar Custos no Setor Público
- 2 Contexto Econômico
- 3 Modelo de Custos no Setor Público Brasileiro
- 4 Lições Aprendidas
- 5 Manual de Informações de Custos do Governo Federal

1 Porque Utilizar Custos no Setor Público

Mensurar custos no Setor Público é “***Dizer quanto recurso foi consumido por uma organização pública para produzir determinado bem ou serviço para a sociedade***”.

As informações de ***custos podem ser utilizadas para relacionar a verba aos resultados*** a fim de aprimorar a eficiência técnica e/ou de alocação de recursos.

Frequentemente o custeio tem várias utilidades:

- ***Planejamento***
- ***Preparação do Orçamento***
- ***Controle de Custos***
- ***Avaliação do desempenho***
- ***Avaliação de programas***
- ***Definição de reembolsos e fixação de preços e tarifas***
- ***Tomada de decisão***



Setor Privado

Cliente

Pagamento

Rentabilidade

Mercado

Maximização dos Resultados

↓ Custo

↑ Lucro

Viabilidade Econômica

Setor Público

Cidadão

Arrecadação

Social

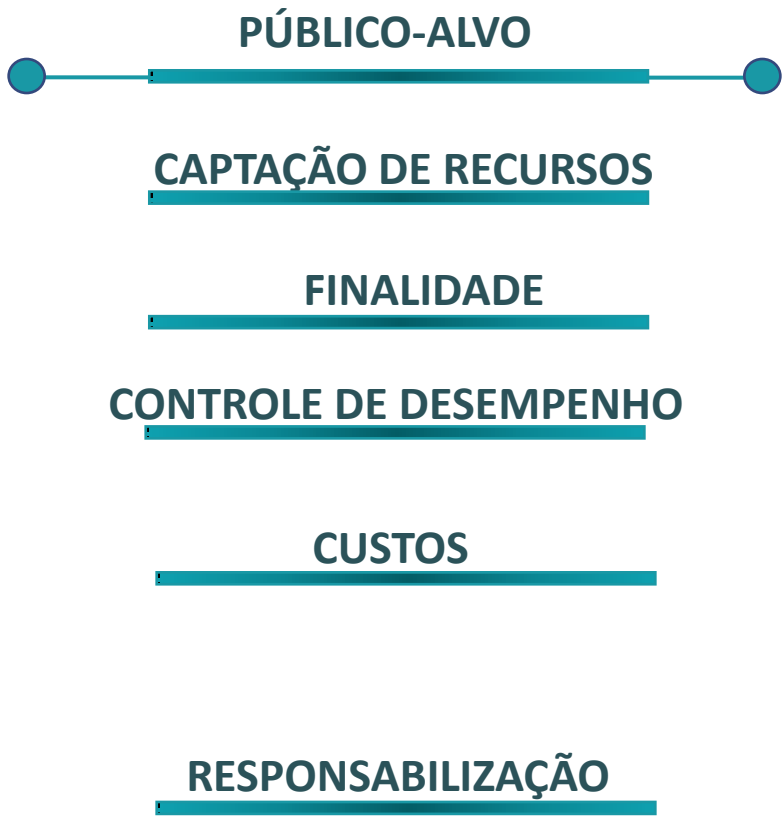
Estado

Qualidade do Gasto

↑ Eficiência, Eficácia,
Economicidade e Efetividade

👍 Alocação de Recursos

Prestação de Contas



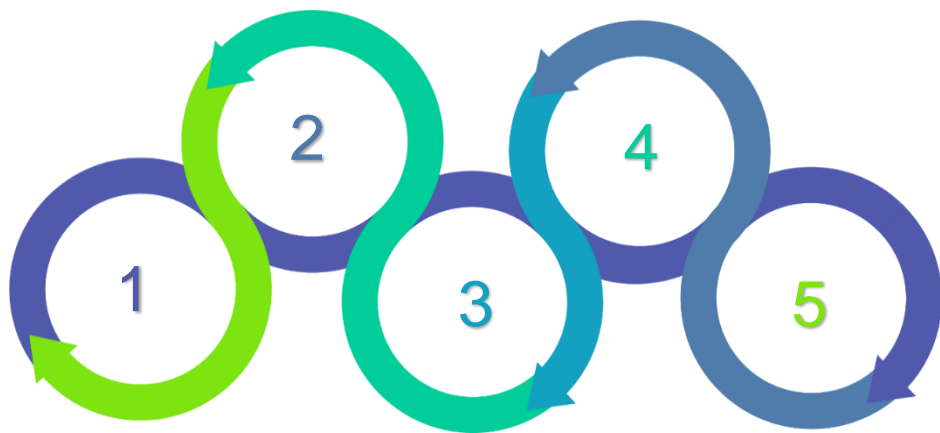
1 Porque Utilizar Custos no Setor Público

Tipicidades do Setor Público

- Volume e significância das transações sem contraprestação;
- Importância do orçamento público;
- Natureza dos programas e longevidade do setor público;
- Natureza e propósito dos ativos e passivos no setor público;
- Papel regulador das entidades do setor público; e
- Relacionamento com as estatísticas de finanças públicas .

Fonte: NBC TSP Estrutura Conceitual





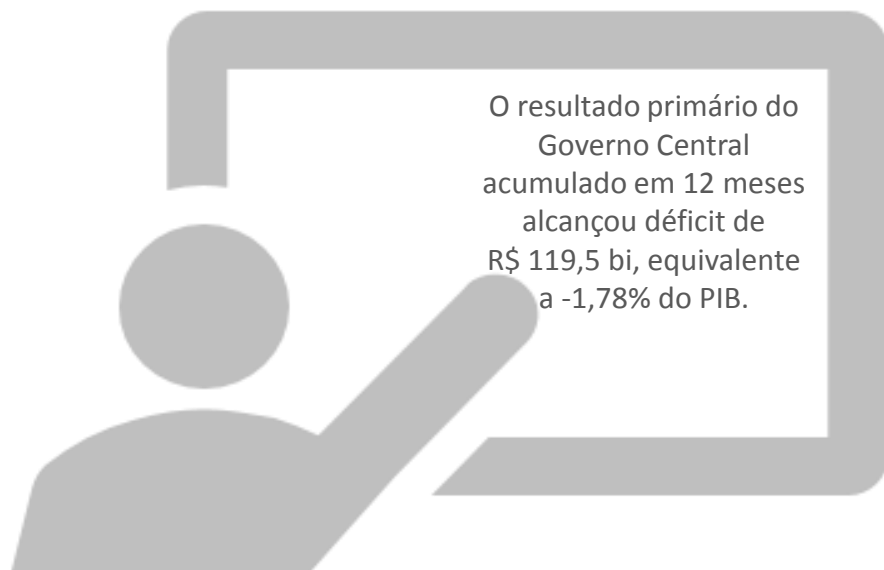
1 - Crise Financeira Global - Dívida Soberana

2 - Pressão sobre os Orçamentos Nacionais

3 - Aumento das Expectativas dos Cidadãos

4 - Metas de Desenvolvimento Sustentáveis

5 - Melhoria na Gestão das Finanças Públicas



Resultado Fiscal do Governo Central

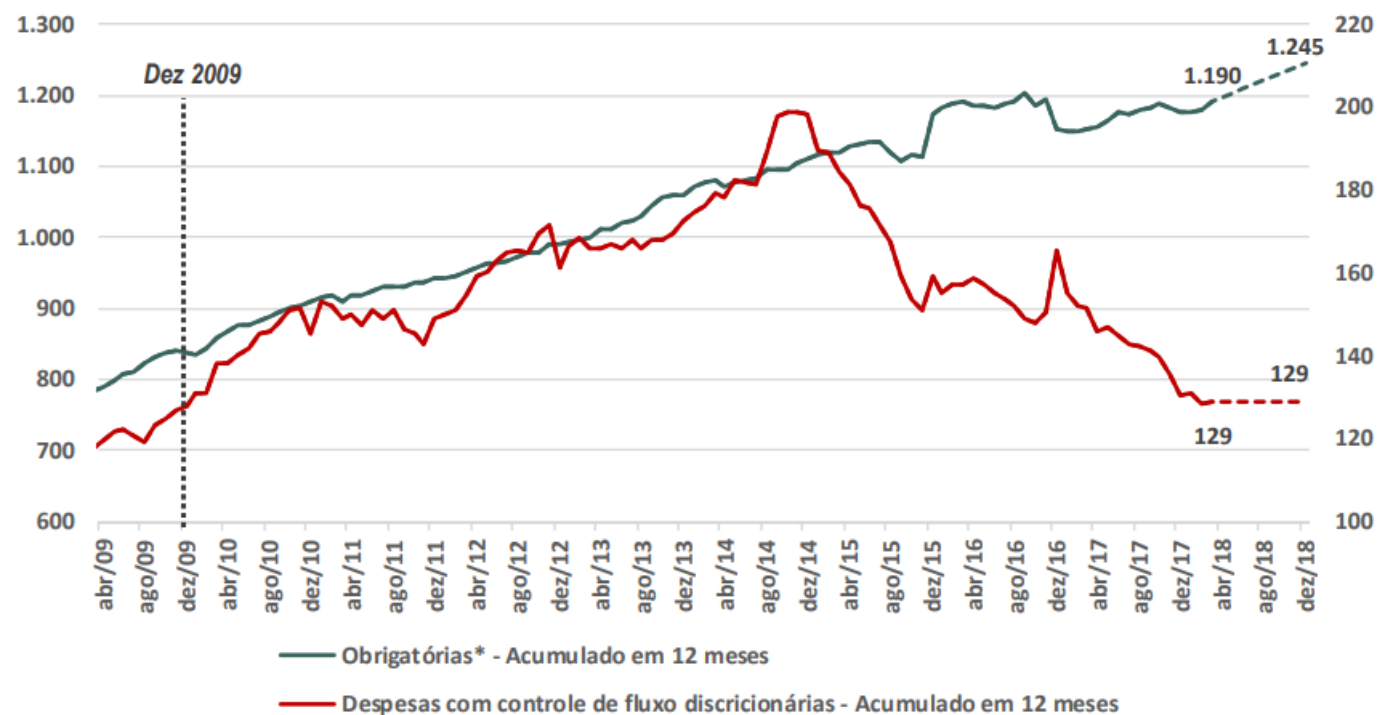
*Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2011/2018 – R\$ Bilhões – A preços de mar/18 – IPCA*



O crescimento persistente das despesas obrigatórias implicou retomar o patamar das despesas com controle de fluxo discricionárias de 2009 (em termos reais).

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* – Acumulado 12 meses
Brasil - 2009 a 2018: R\$ Bilhões – A preços de mar/18 - IPCA



* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em setembro de 2010.

Fonte: Tesouro Nacional

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2017/2018 – Preços Correntes



Resultado do
Tesouro Nacional

RTN

16

Pagamento total em 2017



R\$ 1.258.942.158.054,50

Limite para 2018



R\$ 1.347.880.652.352,64

Pagamento acumulado em 2018



R\$ 308.192.913.924,85

% do teto atingido

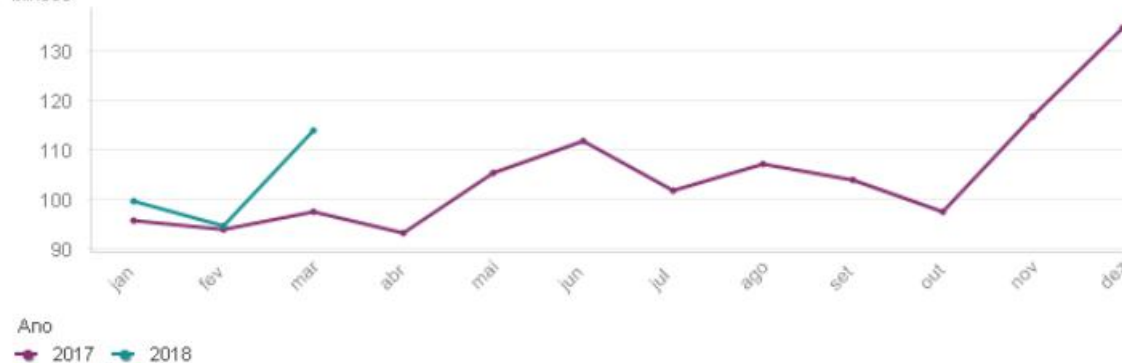
22,87%

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)

bilhões



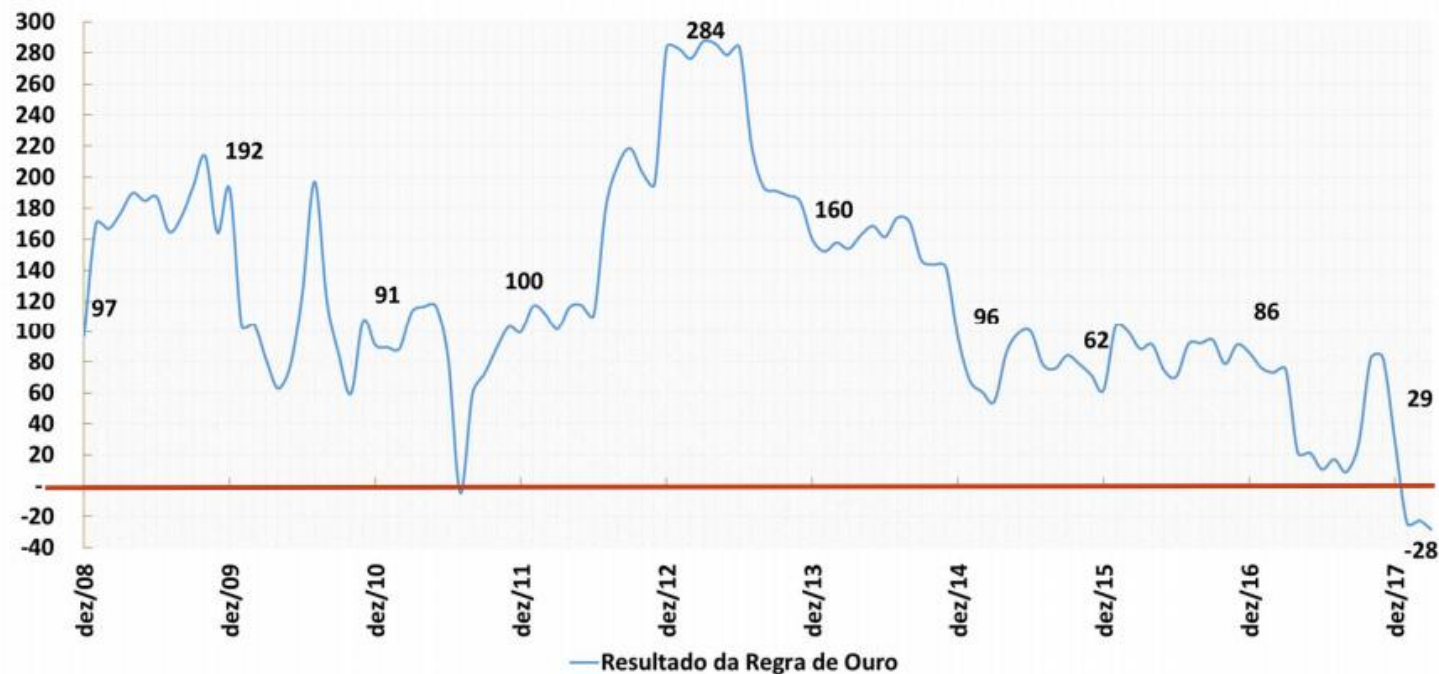
No acumulado em 12 meses até março de 2018, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em R\$ 28,3 bilhões.

A apuração acumulada em 12 meses não atesta o cumprimento da Regra de Ouro, que é verificado em bases anuais no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2012 a 2018: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes



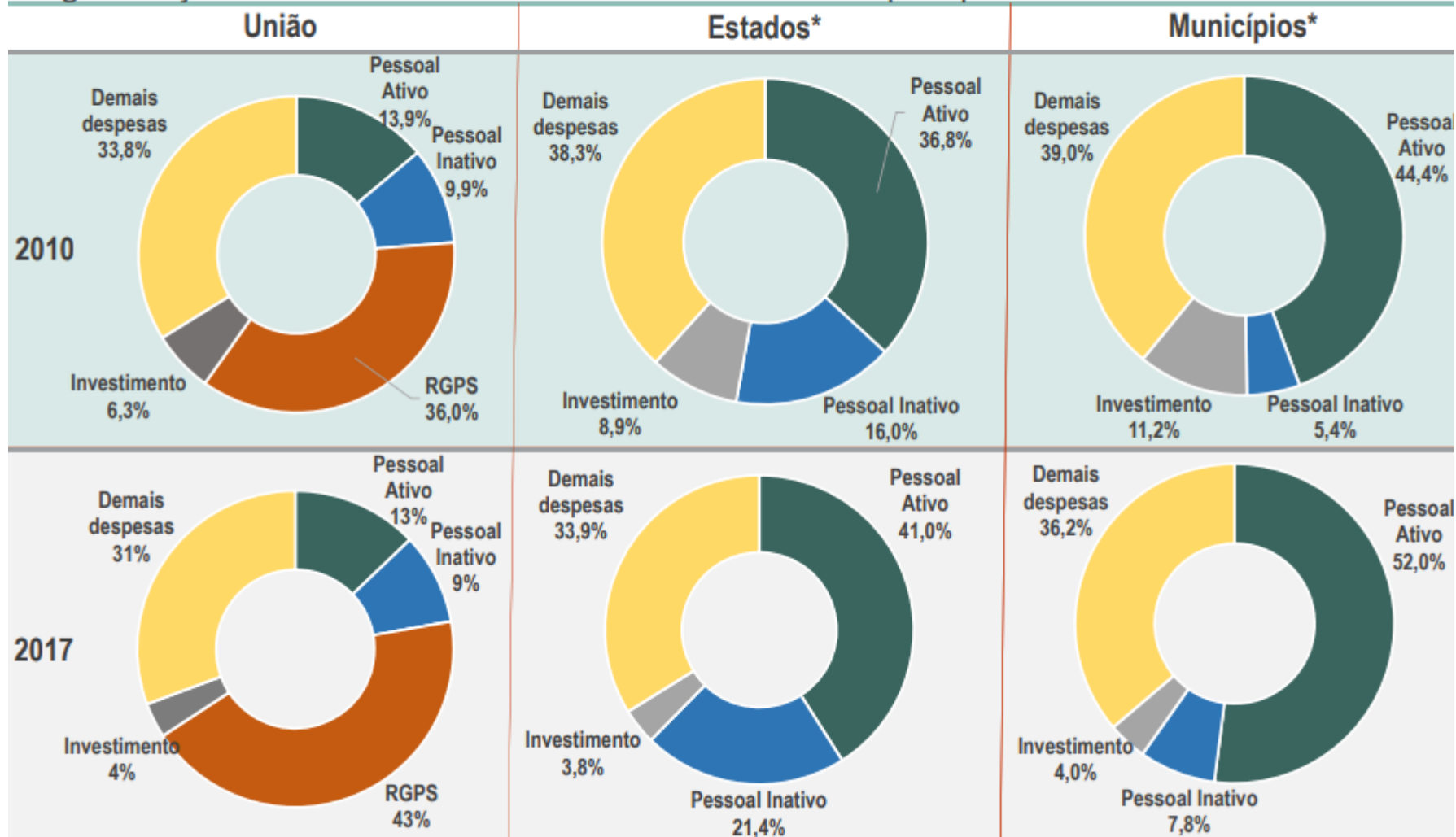
Evolução de Despesas

Rigidez Orçamentaria no Governo Geral – Part. % sobre a despesa primária



Resultado do
Tesouro Nacional **RTN**

23



OCDE - Aumento da Produtividade do Setor Público

Revisão das regulamentações dentro do governo:

- Simplificação administrativa;
- Vários países europeus adotam meta de reduzir 25% os custos administrativos (economia de 1% a 1,7% PIB).

Gerenciamento de recursos humanos no setor público:

- OCDE: 21% dos empregados formais e 45% dos custos de produção do governo;
- Identificar, padronizar e mensurar as ferramentas no setor público.

Fonte: Understanding Public Sector Productivity – OCDE (2017)

IPSASB - Consulta da Estratégia e o Plano de Trabalho

Tema C: Desenvolvendo orientações para atender às necessidades mais amplas dos usuários das informações contábeis

Tema E: Defendendo os benefícios do regime de competência no fortalecimento da Gestão de Finanças Públicas (PFM)

Fonte: Minuta Estratégia e Plano de Trabalho 2019– 2023 IPSASB



3 Modelo de Custos no Setor Público Brasileiro

Modelo Legal

Modelo Conceitual

Modelo Sistêmico

Modelo de Gestão

Situação Atual

Base Legal

- ❖ LFP – 4.320/1964
 - Custos – Serviços Públicos
- ❖ LRF – 101/2000
 - Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Normas CFC

- ❖ NBCT 16.11/2011
 - Conceitos
 - Objetos
 - Mensuração
 - Evidenciação

Projetos

- ❖ LFP – PLP 295
 - Pressupostos
 - ✓ Objeto de Custo
 - ✓ Comparabilidade
 - ✓ Série Histórica
 - Objetivos
 - ✓ Planejamento
 - ✓ Finanças Públicas
 - ✓ Avaliação Programas
- ❖ Reformulação NBCT 16.11/2011
 - Ajustes para o padrão NBC TSP.
 - Essência e seus regramentos basilares.
- ❖ Guia de Recomendações Práticas
 - O objetivo é definir diretrizes para orientar o desenvolvimento de sistemas de custos nos entes da federação, respeitando as peculiaridades sistêmicas e administrativas, mas permitindo a comparabilidade.

▪ Desenvolvimento da Metodologia (desde 2010)

Com a finalidade de gerar a informação de custos a partir de um Sistema de Informações Contábeis essencialmente orçamentárias e financeiras



▪Evolução da Metodologia (desde 2016)

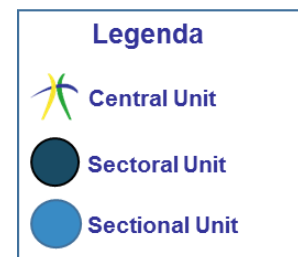
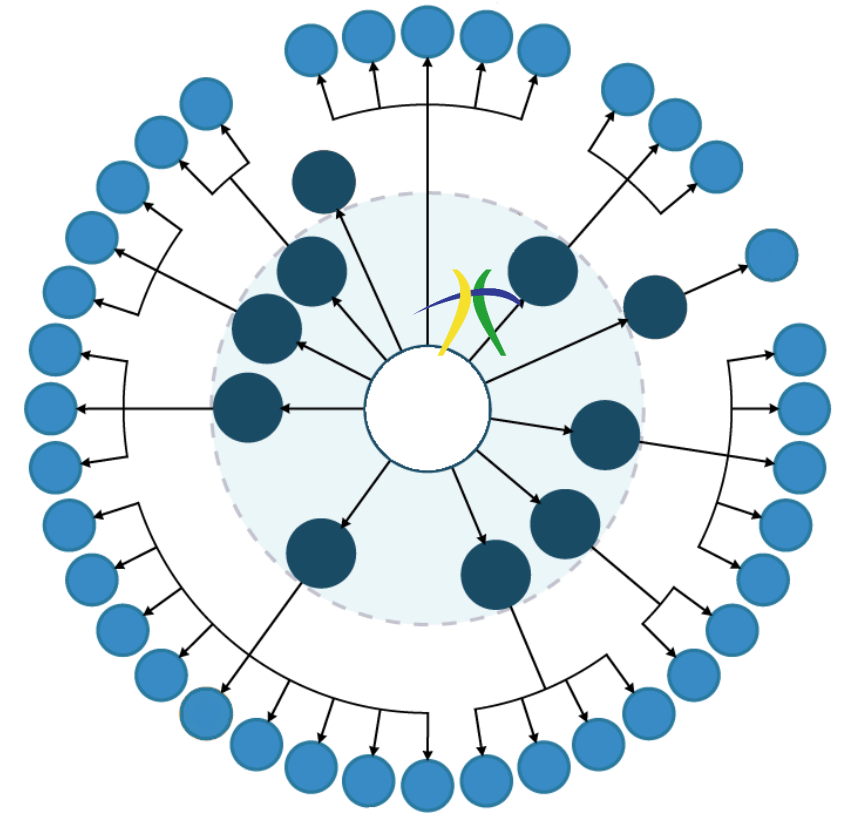
Informação de custos gerada por Sistema Contábil no regime de competência



Portaria STN nº 157 de 2011

Dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal (SIC)

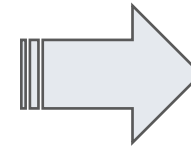
- SIC visa a evidenciar os custos dos **programas** e das **unidades** da administração pública federal
- *Organização e Gestão do SIC*: STN como órgão central, e unidades de gestão interna em cada Ministério como órgãos setoriais



***Instrução Normativa Conjunta Nº1, de 10 de Maio de 2016
(Controladoria Geral da União e Ministério do Planejamento)***

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

IX – governança no setor público: compreende essencialmente os **mecanismos** de liderança, estratégia e controle **postos em prática** para **avaliar, direcionar e monitorar** a atuação da **gestão** com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.



Custos: instrumento de governança

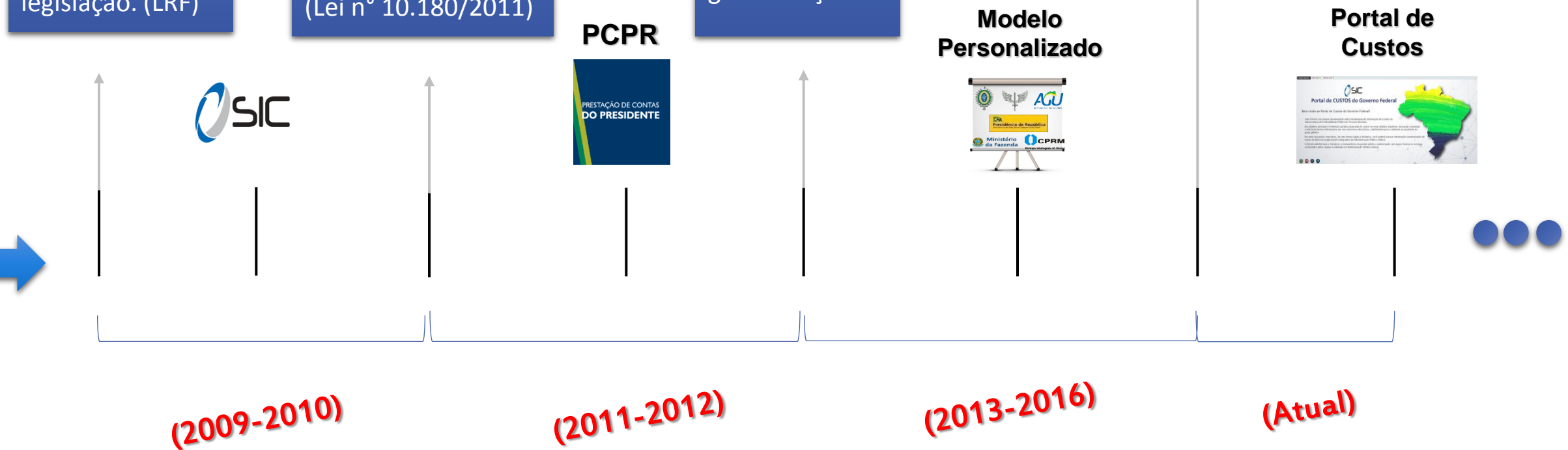
3 Modelo de Custos no Setor Público Brasileiro

Implantar o Sistema de Custos do Governo Federal em observância à legislação. (LRF)

Evidenciar os custos dos programas orçamentários em observância o mandamento legal (Lei nº 10.180/2011)

Transformar a informação de custo em um instrumento de governança.

Fomentar a utilização da informação de custo como um instrumento de governança em órgãos com dificuldades de criar seus próprios modelos.
Avaliar comparativamente a performance de componentes de custos entre órgãos e unidades administrativas afins.



- ✓ A estratégia do Gradualismo mostrou-se bem sucedida;
- ✓ O que define custo não é o pagamento é o consumo;
- ✓ O refinamento metodológico é um processo contínuo;
- ✓ Mudança de gestão de um padrão burocrático para um gerencial;
- ✓ Evolução nas rotinas patrimoniais é ponto crucial;
- ✓ Desconforto de gestores na avaliação de seu desempenho;
- ✓ A barreira cultural ainda se mostra como desafio a ser vencido;





Manual de
Informações
de Custos
do Governo Federal



“O custo de estar errado é menor do que o custo de não fazer nada”

Seth Godin

custos@tesouro.gov.br

Coordenação de Informação de Custos
Subsecretaria de Contabilidade Pública